

# RESENHA

## VARNHAGEN E O BRASIL DO OITOCENTOS: O HISTORIADOR E SEU TEMPO

ALBERTO LUIZ SCHNEIDER \*

[Livro: GLEZER, R.; GUIMARÃES, L. M. P. (Org.).  
*Varnhagen no Caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.]

A obra historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) não está apenas na base da historiografia brasileira, mas também da história do Brasil oitocentista. O livro *Varnhagen no Caleidoscópio*, publicado pela Fundação Miguel de Cervantes e organizado pelas professoras Lucia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer traz um importante aporte para se compreender os múltiplos tempos que a obra de Varnhagen encerra: de um lado, o tempo narrado (o Brasil colonial), e de outro, o tempo do narrador (o Brasil imperial).

Trata-se de uma produção coletiva, fruto do projeto *Memória do Saber*, financiado pelo CNPq. Além das organizadoras, o livro traz

importantes contribuições de Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Guilherme Pereira das Neves, Arno Wehling e Temístocles Cezar, além de textos inéditos ou pouco conhecidos do próprio Varnhagen.

A introdução bio-bibliográfica – assinada por Raquel Glezer e Lucia Maria Paschoal Guimarães – é uma eficiente nota de apresentação do historiador. Os pais de Varnhagen – ele um militar alemão radicado em Portugal, ela portuguesa – chegaram a Sorocaba, no interior da capitania de São Paulo, em 1809, (para atuar na mina de ferro existente na região) e retornaram ao Reino no princípio da década de 1820, onde o jovem Francisco cresceu. Em Lisboa, cursou o Real Colégio Militar da Luz, ingressando na carreira militar, quando tomou parte na luta contra as forças absolutistas de Dom Miguel. O seu engajamento liberal é um tanto surpreendente, se pensarmos no reconhecido conservadorismo do historiador maduro.

O percurso biográfico por certo não explica a obra, mas ajuda a compreender o monarquismo e a lusofilia de uma obra edificada em tempo de nativismo antilusitano, que marcaram alguns de seus contemporâneos, como Gonçalves Dias ou mesmo José de Alencar. O jovem Varnhagen retorna ao Brasil já na casa dos anos 20 anos e ingressa na carreira diplomática. Essa função viria a criar as condições para que atuasse na Europa, especialmente em Lisboa e Madri e pudesse acessar livros, velhos mapas e documentos. O esforço de pesquisa e erudição culminou na *História Geral do Brasil*, publicada em 1854 e 1857.

*Varnhagen no Caleidoscópio* tem o mérito de investigar as circunstâncias do historiador. Ao afastar-se da *História Geral do Brasil* e contemplar textos menores, emergiram a perspectiva que animou o conjunto de sua obra, profundamente marcada pelo seu tempo, século XIX, inclusive uma de suas maiores obsessões: a construção do Estado-nação. O livro permite vislumbrar os vasos comunicantes entre a obra historiográfica e o percurso do sujeito que a escreveu, desde os interesses

miúdos – o emprego, o prestígio, a nomeação – até as questões de fundo, como as convicções políticas. Varnhagen quis contar a História do Brasil, tanto quanto viabilizar o Estado monárquico e a unidade brasileira, cujo risco de desagregação estava vivo na consciência dos que viveram a consolidação do Império.

A historiadora Raquel Glezer explorou a epistolografia de Varnhagen, em particular as cartas trocadas entre ele e português Cunha Rivera. Eis um tempo marcado pela consciência da decadência portuguesa e pela profunda crise política e econômica que marcou a primeira metade do século XIX. Aqui aparece um jovem de tendências liberais, leitor do historiador romântico Alexandre Herculano e próximo do Cardeal Saraiva – um eclesiástico liberal interessado em documentos históricos e no passado português. Todos eles participaram da Academia Real das Ciências de Lisboa, inclusive Varnhagen, aceito em 1839, apenas um ano antes de cruzar o Atlântico rumo ao Brasil. Glezer nota que “depois de vivenciar o caos político e econômico de um reino em crise, um emprego público lhe parecia a melhor oportunidade para fazer o que gostava – ler manuscritos, frequentar arquivos e bibliotecas [...], viajar pelo mundo”(VARNHAGEN(VN), pp. 53-54). A autora sugere que, se havia um atilado senso de oportunidade em pleitear um emprego público no Brasil, havia também legitimidade no pleito.

Alguns anos depois, já lotado em Madri, entre 1847 e 1858, Varnhagen atuou mais como historiador do que como diplomata. O mesmo não se sucederia nos anos subsequentes, quando ocupou postos de representação diplomática no Paraguai, na Venezuela, no Peru e (sobretudo) no Chile.

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves, ao contemplarem os anos sul-americanos de Varnhagen, insistem na diferença de perspectiva entre o brasileiro e os letrados hispano-americanos, em especial Diego Barros Arana (1830-1906) – autor de

*História General de Chile*, em 16 volumes – com quem Varnhagen trocou cartas, publicadas e comentadas neste *Varnhagen no Caleidoscópio*. Enquanto o historiador brasileiro – pombalino, adversário do jesuitismo, para quem o Brasil unido fora uma criação dos Braganças – não conferiu importância à Independência, o chileno fez da ruptura com a Espanha o clímax de sua obra.

É importante notar que Varnhagen não via uma ruptura absoluta com o passado colonial, diferente dos liberais hispano-americanos, críticos do despotismo espanhol(VN, p.95). Varnhagen assumirá um liberalismo monárquico, em profundo desacordo com as tradições republicanas hegemônicas na América hispânica, como era o caso de Arana, mas também do argentino Bartolomé Mitre e muitos outros intelectuais que partilhavam do debate público da época. Mais do que mera desavença intelectual, a divergência ilustra o particularismo da experiência brasileira.

Lucia Maria Paschoal Guimarães comenta um texto até agora inédito, intitulado “Grande jornada a vapor – Quinze estados percorridos em 14 dias”. O original foi encontrado no Arquivo Histórico do Itamarati, em 2005, e reporta as impressões que Varnhagen teve acerca de uma rápida viagem (para os padrões da época) aos Estados Unidos, em 1867, quando se retirava de Guayaquil e rumava ao Rio de Janeiro. A viagem não foi informada aos seus superiores no governo brasileiro e, talvez por isso, o texto jamais foi publicado.

No texto, Varnhagen, em diálogo com a obra de Tocqueville, ficou espantado com o “progresso” das cidades norte-americanas e com a liberalidade dos costumes, inclusive das mulheres. Deixou clara a simpatia pelas largas avenidas de Nova Iorque, pela organização dos hotéis e pela eficiência da companhia de navegação que fazia o trajeto entre a cidade e Albany. Mas não se constrangeu em expressar o choque ao saber que as moças solteiras podiam sair à rua e ao teatro, e mesmo

viajar sozinhas com um homem solteiro. Em tom professoral não deixou de receitar mudanças (em sentido reativo e conservador). Largas avenidas *Okay*, mas não “excessos” femininos, que deveriam ser reformados:

Ultimamente já muitas mães têm educado suas filhas sem subordinação a semelhantes usos que seriam muito bons em tempos patriarcais, mas que não são em nossos dias [...]. É necessário, porém, para melhor introduzir esta reforma mudar um pouco o sistema de educação das meninas, evitando que entrem nas pensões, e fazendo que elas comecem por aprender antes a ser modestas e religiosas, e boas donas de casa do que damas fantásticas, só pensando em aparatos de saber e línguas, ostentar rudimentos de ciências, não só físicas e naturais como até matemáticas, e escravas em excesso do luxo no vestir, no que são tão extremosas as norte-americanas, que saem sempre caras a um marido por mais que seja o dote que tragam.(VN, p.147)

A percepção de Varnhagen, conservadora em relação à moralidade média das elites liberais de seu tempo, é um traço marcante de sua personalidade. Em outro capítulo, Lucia Maria observa a antipatia em relação aos índios, evidente na *História Geral do Brasil*, mas que reaparece prosaicamente na viagem, quando critica as tabacarias por “ostentarem nas portas bonecos ‘extravagantes e de mau gosto’, representando ‘índios selvagens’, ‘de caras carrancudas e turbante de penas coloridas’”(VN, p.123).

Em um dos melhores momentos do livro, Arno Wehling aborda o *Memorial Orgânico*, texto que Varnhagen publicou na Espanha, em 1849, com uma segunda versão, modificada, em 1851, publicada na revista *Guanabara*, no Rio de Janeiro. No texto – publicado na íntegra, com notas de Wehling – Varnhagen propõem reformas políticas e econômicas de modo a garantir o progresso e a nacionalidade brasileira. Lembremos que as noções de progresso e nação estão entre as duas mais caras agendas do século XIX ocidental. Varnhagen sugere, entre outras medidas, a transferência da capital para o centro do Brasil. Apesar do

tom reformador – patente na crítica ao tráfico negreiro – a direção da obra de Varnhagen é pela “ordem”, pela estabilidade social e pela a homogeneização étnica. A questão em torno da escravidão é paradigmática. Refere-se aos defensores do tráfico e aos traficantes de escravos como: Egoístas Insensatos! [...] Quereis pois o vosso Brasil daqui a séculos igual ao continente da África fronteiro e vossos netos reduzidos a condição de servos dos netos dos africanos?”(VN, p.254).

Não é o destino dos africanos que importa, mas sim o do Brasil. A manutenção do tráfico estaria em desacordo com um futuro ocidental desejável. Varnhagen considera a escravidão, em certos casos, legítima. Chega a mencionar os Evangelhos e os autores clássicos para justificar a escravidão. E critica os “filantropistas”, termo que o historiador identificava, no plano político, a Robespierre e Marat, e em sentido filosófico, a Voltaire e Rousseau.

Varnhagen assume um liberalismo extremamente conservador. O problema está menos na instituição escravocrata e mais na presença dos africanos. Quer vê-los substituídos pelos imigrantes europeus, mas argumenta, “o trabalhador europeu não se atreve sem vexame a pegar na enxada ao lado do escravo”(VN, p.255). Ou seja, a questão dos escravos não deve ser tomada “pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não por acharmos infame o tráfico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil [...]”(VN, p.257). Coerente com essa visão, ele chegou a defender a escravização temporária dos “índios bravos” por meio de um “sistema de bandeiras”. A captura dos índios “não tem de ser feita à custa do governo”, mas por agentes privados, que seriam recompensados pelo trabalho dos cativos por um período determinado:

(...) é necessário fazer prisioneiros seus habitantes [os índios] e como o governo não poderia encarregar-se de sua educação e manutenção, eis chegada a ocasião de recompensar os serviços dos chefes das bandeiras, concedendo-lhes a tutoria e protetorado, por 15 anos, sobre seus

prisioneiros, obrigando-se a tratá-los bem, a doutriná-los na nossa religião, etc. etc.(VN, pp.261-261)

A proposta de evidente tom “colonial” foi duramente criticada por João Francisco Lisboa e Gonçalves de Magalhães, a quem Varnhagen chamava de “pseudofilantrópicos” e “filotapuias”. O que faz do nosso primeiro historiador um conservador nos termos de sua época.

Varnhagen, em conformidade com os ideais nacionalistas oitocentistas, pleiteava a homogeneidade da população, argumentando que a existência de “raças” diferentes, não assimiladas, enfraqueceria a unidade nacional e a homogeneidade da população. O “branqueamento da raça”, que ganharia foros de cientificidade no fim do século XIX, está aqui já perfeitamente esboçado, ainda que não revestido de uma retórica darwinista.

Outra proposta de Varnhagen, no *Memorial Orgânico*, foi a total reorganização das províncias, com criação de novas unidades e fusão de outras, redesenhando todo o ordenamento político administrativo, de modo que tivessem tamanhos, populações e economias minimamente comparáveis. Propõe ainda a edificação de uma “nova capital”, que deveria ser construída do zero (e não em núcleo já existente, especifica Varnhagen). Seria chamada de Imperatória, localizada no centro geográfico do país, onde “se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dois dos grandes rios que abraçam o Império”. Deixa claro que a nova capital deve ser ligada ao litoral com estradas de ferro e serviria como estratégia de defesa e de interiorização da população. Chega a evocar o exemplo de Felipe II, que no século XVI levou a capital para Madri, no centro das Espanhas.<sup>1</sup>

Varnhagen leria o presente e o passado sob a premissa da Europa moderna. Daí seu empenho em viabilizar a identidade nacional – nas letras e nas consciências – e o esforço em contribuir para a formação de um povo identificado com a civilização moderna – em oposição a tudo

que soasse indígena e africano. O historiador defende uma “população compacta”, uma nação una e íntegra, etnicamente homogênea, ou ao menos hegemonicamente branca e ocidental, apta para o progresso.

Como o Brasil estaria “atrasado” – segundo a temporalidade futurista imperante no Ocidente daquele momento<sup>2</sup> – seria necessário evitar a pura e simples cópia das leis e das ideias inglesas e francesas, mas emular “as providências da idade em que nasceu [...] a civilização que atravessa a Orbe, estudemos a marcha dos povos da Europa desde IX ao século XIV, pois foi quando se constituíram para durar até agora as suas várias nacionalidades e as diferentes línguas com suas literaturas”(VN, p.313).

Trata-se de uma consciência historicista e liberal que almeja apressar o ritmo da história brasileira, cujo destino teleológico é a civilização moderna, branca e ocidental. O *Memorial Orgânico* – enfatiza Arno Wehling – não deve ser entendido como um programa de governo, mas como uma obra que tem como “perspectiva o Estado e a definição de políticas estatais que transcendam o caráter conjuntural dos governos”(VN, p.197). Trata-se de um projeto de sociedade que, diga-se, foi em grande parte foi vencedor.

Temístocles Cezar analisa “A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios”, texto de Varnhagen publicado originalmente em francês, em 1876. Nele, o velho historiador explora uma questão: seriam os “selvagens” descendentes dos antigos? Teriam os antigos conhecido à América? Os índios seriam autóctones? A questão – demonstra Temístocles – ocupava os eruditos dos séculos XVI e XVII. Explorações intelectuais análogas apareceram também no século XIX. Carl Friedrich von Martius retoma a questão, bem como os literatos românticos do Brasil de meados do século. Aliás, Varnhagen foi objeto de crítica e antipatia por parte dos escritores identificados com o indianismo literário, em função de seu pronunciado sentimento anti-indígena,

pesando contra ele a imagem de pouco brasileiro e muito monarquista. O próprio historiador confessa: “o horror pela selvageria nasceu em mim em meio dos nossos sertões, e em presença, digamos assim, dessa mesma selvageria”(VN, p.327). Trata-se de uma alusão à ameaça de ataque que sofreu, em 1840, na província de São Paulo, quando se dirigia a Sorocaba. Crítico feroz dos iluministas, especialmente Rousseau (e de revolucionários como Robespierre e Marat), também criticava acerbamente – desde a década de 1840 – o romantismo indianista, ou, como preferia, o “brasileirismo caboclo”. Não apenas no *Memorial Orgânico* (1849-1851), mas também na *História Geral do Brasil* (1854-1857) havia se referido aos índios como “falsos e infieis; inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados [...]; dotados de uma quase estúpida brutalidade, e difíceis de abalar-se de seu gênio fleumático”.<sup>3</sup>

Uma obra coletiva não comporta uma unidade estilística e conceitual, o que é, ao mesmo tempo, um custo e um benefício, pois se implica em certo desequilíbrio entre as partes, o benefício é a pluralidade, não só de objetos, mas de olhares. *Varnhagen no Caleidoscópio* é uma notável contribuição para o entendimento das condições políticas, institucionais, historiográficas e existenciais que conduziram o historiador a escrever *História Geral do Brasil* (1854-57), e nisso reside a melhor contribuição do livro, embora a *História Geral* não seja foco de análise, mas sim outros textos, de menor difusão. Qualquer historiador fala de algum lugar – político, cultural, institucional, nacional/regional, de classe, gênero ou etnia, etc – e este *Varnhagen no Caleidoscópio* iluminam os muitos *não-ditos* (Michel de Certeau) que habitam o universo do velho historiador oitocentista e seu tempo.

## Notas

---

\* Pós doutorado e Professor da PUC-SP. E-mail: alberto.ls@uol.com.br

<sup>1</sup> Varnhagen voltaria ao assunto em *A questão da capital: marítima ou no interior?*, publicado em 1877, quando era embaixador em Viena. No texto, narra sua viagem ao sertão de Goiás a fim de descobrir o melhor local para construção da “futura capital da União Brasileira”. O local é muito próximo de onde, de fato, Brasília viria a ser construída.

<sup>2</sup> Ver HARTOG, F. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

<sup>3</sup> VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil**. Madrid/España: Imprensa da Viúva de Dominguez, 1854.

Data de envio: 19/10/2014

Data de aceite: 04/12/2014